



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



Comissão de Trabalhadores da Icesa

28 de Setembro de 1979

Entrevista com a Adjunta do Gabinete

Maria José Costa Félix

A situação da empresa é a seguinte:

Os trabalhadores não recebem os vencimentos há 2 meses, não tendo também recebido o subsídio de férias; têm continuado a trabalhar, mas encontram-se numa situação desesperada. A partir de 2a. feira próxima, muitos não poderão comparecer ao trabalho, por já não terem passe e por não se poderem deslocar doutra maneira; também por já não lhes serem servidas refeições por falta de pagamento às pessoas que fornecem os refeitórios.

Impõe-se imediatamente que o Fundo de Fomento da Habitação pague uma factura de 55.000 contos, o que resolveria, para já, não só o pagamento dos salários, como a compra de materiais, como o cimento e o ferro, de que precisam para poderem trabalhar, e que não podem mais comprar por falta de financiamento.

Esse pedido foi apresentado ao Secretário de Estado no dia 26 e ontem ao Ministro, os quais já teriam feito as démarches no sentido do problema ser resolvido, faltando, agora, a assinatura da Senhora Primeira Ministra ou a delegação de competência no Ministro ou no S.E.

Este problema é consequência doutro que tem também de ser resolvido, e que se prende com o facto da Ices



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-2-

sa ter o grosso das suas acções em empresas que não têm vida própria, só existindo em dossiers. Estando ligada ao Banco Borges, não consegue ser financiada por outros bancos. Entretanto, este Banco afirmou não lhe emprestar mais dinheiro nenhum, sendo-lhe - parece - indiferente que a empresa vá para a falência, o que forçosamente acontecerá, se não for financiada. Um dos principais administradores do Banco teria mesmo afirmado que não teria "importância o facto do próprio Banco ser também arrastado para a falência, porque o Governo nunca permitiria que isso acontecesse". Os trabalhadores afirmam categoricamente que a posição do Banco se deve a não quererem resolver eles este problema, que é complicado, e o passam então para o Governo.

O "estoiro" da Icesa representaria o desemprego para cerca de 10.000 pessoas, entre trabalhadores, fornecedores, etc. Consideram-no iminente. E consideram que, sendo a empresa viável, com capacidade para construir à volta de 1000 fogos por ano, e dada a necessidade que o País tem de fogos a serem construídos, tudo deverá ser feito no sentido de impedir a todo o custo que a falência aconteça. Trata-se de uma empresa que não tem estado parada e que, se não tem, neste momento, dinheiro para pagar aos trabalhadores e para comprar materiais, tem facturas a receber e operações já autorizadas (na Caixa Geral de Depósitos). A única coisa de que precisam é da boa vontade do Banco. Consideram que essa "boa vontade" terá de se impor, mais semana menos semana.

Afirmam que a situação destas empresas intervencio



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-3-

nadas tem de ser resolvida, e que uma das formas para o re solver seria através do contrato de viabilização.

Em finais de 1977, foi-lhes pedido que apresentassem uma proposta para esse contrato de viabilização, o que fizeram em 31 de Dez. de 1978 (1a. parte) e há 5 meses. Essa proposta encontra-se na Comissão de Apreciação dos Con tratos de Viabilização e consta de 14 vols. Só falta o Ban co Borges pronunciar-se, para tudo poder ir para a frente. O Banco teria dirigido à Comissão um ofício em que afirmava não lhe ser possível apresentar um parecer, devido à comple xidade do assunto. Ainda hoje não entregou. No entanto, estes trabalhadores disseram saber que esse parecer já exis tia internamente.

Fundação Cuidar o Futuro

Pedem para que o Banco seja urgentemente pressiona do neste sentido, que a Proposta seja discutida, e que o problema da Icesa possa ser resolvido, não só no que toca a uma necessidade imediata como a necessidades que dentro dum curto espaço de tempo se começarão também a notar.

Referem a opinião do técnico nº1 do Banco Borges sobre contratos de viabilização, o qual, neste momento já é funcionário da Caixa Geral de Depósitos, de que a empresa é viável, se forem tomadas a tempo determinadas medidas.

Supõem que o Banco não esteja interessado no contra to de viabilização, pelo facto dele não lhes permitir a mes ma margem de lucros que agora têm.

Das 27 empresas intervencionadas, só uma, a Alcâcer, é que tem vida própria. A Comissão nomeada para elaborar relatórios em relação a elas, tem-se limitado, na opinião dos trabalhadores da Icesa, a pedir prorrogações dos contra

